ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 20/9/2021
Aceito: 13/12/2022
Período de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar o artigo:

CARNEIRO, M. D. S. O movimento de ocupações camponesas na Pré-Amazônia Maranhense: oportunidade política, mobilização de recursos e a gramática de uma luta pela terra. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 31-47, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20.p31-47.

O MOVIMENTO DE OCUPAÇÕES CAMPONESAS NA PRÉ-AMAZÔNIA MARANHENSE

OPORTUNIDADE POLÍTICA, MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS E A GRAMÁTICA DE UMA LUTA PELA TERRA

Marcelo Domingos Sampaio Carneiro[1]

Resumo: O artigo analisa o movimento de ocupações de terra desenvolvido nos anos 1980, na região da Pré-Amazônia Maranhense, dialogando com algumas teorias que enfatizam a questão da oportunidade política, da mobilização de recursos e da necessidade de elaboração de uma gramática para transformar um sentimento de injustiça em energia para a ação coletiva. Nesse sentido, o artigo destaca o papel desempenhado pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru-MA) no processo de organização do movimento de ocupações que, ao final dos anos 1990, havia conseguido a desapropriação de 23 fazendas, numa área de cerca de 500 mil hectares, e possibilitado o assentamento de cerca de 8 mil famílias; ressalta a conjuntura política e econômica que favoreceu o desenvolvimento da mobilização; e aponta a questão do trabalho camponês investido na terra como elemento central para justificar o direito desse grupo às áreas ocupadas.

Palavras-chave: ação coletiva, campesinato, ocupações, Amazônia.

THE MOVEMENT OF PEASANT OCCUPATIONS IN THE PRE-AMAZON OF MARANHÃO: THE MOVEMENT OF PEASANT OCCUPATIONS IN THE PRE-AMAZON OF MARANHÃO

Abstract: The article analyzes the movement of land occupations developed in the 1980s, in the pre-Amazon region of Maranhão, dialoguing with some theories that emphasize the issue of political opportunity, resource mobilization and the need to elaborate a grammar to transform a feeling from injustice to energy to collective action. In this sense, he highlights the role played by the Center for Education and Culture of Rural Workers (Centru-MA) in the process of organizing the occupation movement which, at the end

[1] Sociólogo, doutor em Sociologia e Antropologia, professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA.
E-mail: marcelo.sampaio@ufma.br
http://orcid.org/0000-0002-7474-2694

of the 1990s, had managed to expropriate 23 latifundia in an area of around 500 thousand hectares, and the settlement of around 8 thousand families was made possible; the political and economic situation that favored the development of mobilization, as well as the issue of peasant labor invested in land as a central element to justify the right of this group to the occupied land.

Keywords: collective action, peasantry, occupations, Amazon.

Introdução

Os estudos acerca da questão agrária na Amazônia, nos anos 1980, quase sempre destacam processos de expropriação de grupos camponeses, ações violentas praticadas por fazendeiros e grileiros, bem como a participação ou conivência estatal nessas ações (ALMEIDA, 1983; ASSELIN, 1982; ESTERCI, 1989; LUNA, 1984).

Nosso trabalho analisa um processo distinto. Partindo de situação semelhante – a expulsão dos posseiros há muito estabelecidos no Vale do Rio Pindaré –, descrevemos a retomada de dezenas de fazendas por camponeses mobilizados pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru)[2], na região designada como Pré-Amazônia Maranhense.

Esse movimento de luta pela terra teve como centro de atuação o então povoado de Buriticupu, hoje sede do município do mesmo nome e que se originou como o núcleo administrativo avançado do Projeto Pioneiro de Colonização (PPC), promovido pelo governo estadual, a partir da Companhia Maranhense de Colonização (Comarco) que, segundo Miranda (1990), assentou cerca de 2.900 famílias de colonos em cerca de 54 mil hectares.

O projeto de colonização da Comarco foi pensado como parte de uma estratégia do governo estadual para atrair grandes empresas agropecuárias para a região, pois, juntamente com a colonização de agricultores, o Estado alienou uma área de cerca de 750 mil hectares para diferentes grupos empresariais (ALMEIDA, 1981), que, além da aquisição de terra barata, puderam usufruir da política de incentivos fiscais da Ditadura Militar, por meio do acesso aos Fundos de Investimento da Amazônia e do Nordeste, operados, respectivamente, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Contudo, como ocorreu com a maior parte desses projetos na Amazônia Legal (COSTA, 2000), as empresas que obtiveram essas terras e esses financiamentos não tinham por objetivo a realização de investimentos produtivos, mas tão somente obter o acesso aos incentivos fiscais (ANDRADE, 1986), o que fez com que, no intervalo de poucos anos, as fazendas da região tivessem se transformado em grandes latifúndios improdutivos, com a remoção da floresta e a implantação de pastagens e uma pecuária de baixa produtividade.

De acordo com levantamento realizado nos arquivos de conflitos agrários da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos (SMDH) (1993), para o período de 1985 a 1993, pelo menos 23 fazendas foram ocupadas, representando uma área

[2] Representantes do Centru participaram da reunião de fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em Curitiba, no ano de 1985, e chegaram a integrar a direção nacional do movimento. Contudo, saíram posteriormente do MST, em virtude de divergências sobre o papel do movimento sindical na luta pela reforma agrária, conforme destacou Manoel da Conceição em entrevista à Fundação Perseu Abramo (FERREIRA; FORTES, 2008).

total de aproximadamente 466 mil hectares (Quadro 1), o que confere a esse movimento uma dimensão comparável somente a processos de ocupações de terra realizados no sudoeste do Pará (ASSIS, 2007) ou na Zona da Mata pernambucana (SIGAUD, 2005).

Quadro 1. Movimento de ocupações de terra na Pré-Amazônia Maranhense (1985–1993)[1].

Nome da fazenda ocupada	Ano de ocupação	Número de famílias[2]	Área (em hectares)
Capoema (Buriti/Rio Bonito)	1985	828	54.726
Santa Inácia	1985	300	20.023
Lago Azul	1985	180	13.266
Planalto	1985	412	16.217
União	1986	800	19.500
Fremasa	1986	100	22.428
Karinâ	1986	817	24.546
Cacique	1987	250	21.802
Miril	1987	205	5.739
Sapucaia	1987	250	14.566
Batuta	1988	53	1.652
Guairaca	1988	120	20.809
Terra Bela	1988	350	11.553
Faisa	1988	429	15.846
Verona	1988	160	4.358
SIT	1988	280	16.174
Tucumã	1989	500	20.481
Cikel	1989	250	80.000
Matary	1989	50	35.000
Internacional	1991	28	2.567
Barra Limpa	1991	40	1.028
Pindaré	1991	517	14.254
Varig	1991	500	18.799
Sanbra	1992	330	23.000
Codominas	S/I	180	9.000
Total	**-**	**7.929**	**487.334**

Fonte: Carneiro (1996).

[1] As fazendas ocupadas localizavam-se, durante a realização da pesquisa, nos municípios de Santa Luzia e Bom Jardim. Nos anos 1990, com o crescimento demográfico dos principais povoados, o município de Santa Luzia teve sua área desmembrada, dando origem a Buriticupu, Alto Alegre do Pindaré, Tufilândia e Bom Jesus das Selvas.

[2] Informação obtida a partir do Cadastro de Projetos de Assentamento do Incra ou de informações nos arquivos da CPT e da SMDH.

[3] Vale registrar que a Fazenda União foi dividida pelo proprietário em um conjunto de oito áreas: Portugal, Babilônia, Palmares, União (Gavião), Santa Maria, Santo Antônio, Indiana e Vale Verde (São José e Guarida), todas foram ocupadas por camponeses.

Quando da elaboração da primeira versão deste artigo, o foco da análise dirigiu-se para o debate sobre o processo de fechamento e abertura da fronteira (CARNEIRO, 1996), apenas tangenciando a questão das características desse movimento social e das especificidades do sucesso da mobilização camponesa liderada pelo Centru. Foi somente a partir do contato com a literatura sobre as teorias da ação coletiva que passei a refletir sobre os mecanismos sociais que possibilitaram o desenvolvimento de uma mobilização de tamanha envergadura, tomando como referência elementos da chamada teoria do processo político (TARROW, 2009; TILLY; TARROW, 2008),

bem como a discussão realizada por Honneth (2003) acerca do papel da luta pelo reconhecimento no desenvolvimento de ações coletivas.

Destacam-se, na abordagem do processo político, dois elementos para a explicação do sucesso da mobilização camponesa aqui analisada: a existência de uma conjuntura (oportunidade) política[3] que favoreceu o desenvolvimento do movimento e o papel desempenhado pelo Centru na intermediação, difusão e coordenação das ocupações. Da análise da luta pelo reconhecimento, incorpora-se a discussão acerca do papel desempenhado pela construção de uma gramática que possibilite aos dominados passarem do sentimento de injustiça para o desenvolvimento de ações de reparação dessa injustiça.

O artigo está organizado em três seções, além desta introdução e de sua conclusão. Na primeira seção é apresentado o contexto político que possibilitou o desenvolvimento do movimento de ocupações, destacando o significado da emergência do governo da Nova República e o fim da Ditadura Militar. Na seção subsequente, analisa-se o papel desempenhado pelo Centru no processo de mobilização de recursos que possibilitou o desenvolvimento das ocupações. Chama-se a atenção também para a importância do apoio de algumas organizações não governamentais à Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDH), para o sucesso da mobilização. Na última seção, o foco é a discussão da gramática que embalou a mobilização para as ocupações, isto é, o conjunto de práticas e representações acionadas por seus participantes para legitimar sua pretensão à posse da terra ocupada e para justificar suas reivindicações perante seus aliados e contra seus opositores (MATHIEU, 2012).

As informações que serviram de base para a elaboração deste artigo foram retiradas da pesquisa para a dissertação de mestrado, apresentada no início dos anos 1990, sobre a ocupação da Fazenda Pindaré (CARNEIRO, 1996); da revisão de literatura sobre a atuação do Centru na região (ARAÚJO, 1996, 2010); e da biografia recém-publicada do líder camponês Luiz Vila Nova (VILA NOVA, 2019), a principal figura pública do movimento de ocupações.

O contexto da mobilização: o lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária e a campanha pela reforma agrária

Como dissemos no início deste artigo, o movimento de ocupações de terra em Santa Luzia marcou uma reviravolta importante na dinâmica agrária na região da Pré-Amazônia Maranhense, revertendo de forma decisiva o processo de expropriação que se desenrolou nos anos 1970 e abrindo caminho para um processo de reterritorialização camponesa nessa região.

A pesquisa realizada por Luna (1984) sobre os conflitos agrários na região fornece uma noção da dimensão do processo de expropriação que teve curso na década de 1970, na área do então município de Santa Luzia. Segundo essa autora, entre 1970 e 1982, ocorreram 55 casos de conflitos pela posse da terra nesse município, equivalente a 10% de todos os conflitos registrados para o estado do Maranhão. De acordo com Aguiar (2005), em estudo que aborda a história do

[3] Sidney Tarrow define oportunidade política nos seguintes termos: "Entendo o conceito de oportunidade política como dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso e ao fracasso" (TARROW, 2009, p. 105).

município de Buriticupu de um ponto de vista simpático à luta dos camponeses, a mobilização pela terra teria produzido como resultado:

> A luta pela reforma agrária teve o seguinte saldo negativo: 54 mortos, dos quais 28 eram policiais, jagunços, pistoleiros e fazendeiros e 26 eram trabalhadores rurais; 36 fazendas ocupadas, no período de 1985 a 1992. Mas, no balanço final, os resultados positivos logo se fizeram sentir: apesar de tantos conflitos e tanta violência, muitas famílias conseguiram seu sonhado pedaço de chão e, com isso, houve um significativo aumento da população e da produção agrícola. (AGUIAR, 2005, p. 80).

Nos anos 1980, esses conflitos continuaram, contudo com uma característica diferente, pois, em sua maior parte, serão os camponeses os protagonistas do processo, por meio da ocupação de dezenas de fazendas, ao cabo de um processo que, segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)[4], resultou no estabelecimento de aproximadamente 63 assentamentos, 15.709 famílias assentadas numa área total de 557.552,76 ha[5].

Como explicar esse processo? Sob que condições ocorreu essa passagem de um processo predominantemente expropriatório para um de retomada de posse da terra? Em que circunstâncias o campesinato saiu de uma luta que pode ser classificada como de resistência (SCOTT, 2002), para uma luta ofensiva de grande envergadura?

O primeiro aspecto que aqui se destaca se refere a uma modificação importante no contexto político da época. Como destacou, em seu livro de memórias, o ex-deputado estadual Luiz Vila Nova, principal liderança do movimento de ocupações no Pindaré, a decisão de organizar os camponeses na região teve início em 1983, a partir de uma discussão elaborada pelo Centru (VILA NOVA, 2019), com base nas informações sobre o processo de grilagem de terras no Vale do Pindaré, levantadas pelo Padre Victor Asselin[6], e que foram publicadas no livro *Grilagem: corrupção e violência em terras de Carajás* (ASSELIN, 1982).

A publicação desse importante livro-denúncia coincide com o retorno de Manoel da Conceição do exílio na Suíça e com o investimento que ele fez para a construção do Centru, entidade de formação política de trabalhadores rurais com atuação nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão (SANTOS, 2010). O Centru desenvolveu importante processo de construção de oposições sindicais com o objetivo de retomar os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), que sofreram a intervenção da Ditadura Militar e que, em alguns casos, como na região da Pré-Amazônia Maranhense, estavam sob a direção de pessoas sem vínculos com a luta camponesa.

Os dois elementos acima mencionados – o retorno dos exilados e a maior liberdade de imprensa – relacionam-se com um processo que será central para a compreensão do desenvol-

[4] Cf. BRASIL, 2022.

[5] Foram consideradas as informações do Incra para todos os assentamentos criados nos municípios de Santa Luzia, Buriticupu, Alto Alegre do Pindaré, Bom Jesus das Selvas e para os assentamentos do município de Bom Jardim, cujas ocupações estão relacionadas como a mobilização aqui descrita (Miril, Varig e Sanbra).

[6] Padre Victor Asselin foi o primeiro presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no estado do Maranhão, ele desenvolveu importante trabalho de assessoria a movimentos camponeses no estado. Para mais informações sobre a elaboração do livro *Grilagem: corrupção e violência em terras de Carajás*, ver a entrevista com Asselin, publicada no livro organizado por Esterci e Ramalho (2017).

vimento do movimento de ocupações, pois, na primeira metade dos anos 1980, o Brasil vivia o momento da chamada "distensão política": a transição da Ditadura Militar para o governo civil da coalizão partidária da Aliança Democrática (PMDB/PDS), que culminou com a eleição da chapa presidencial Tancredo Neves/José Sarney no Colégio Eleitoral em 1985.

A eleição do governo da Aliança Democrática, apesar de todas as contradições que marcaram a política de reforma agrária nesse período, com o surgimento da União Democrática Ruralista (UDR) e a derrota dos setores progressistas na elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (SILVA, 1987), significou uma mudança importante para o movimento camponês, pois houve a manifestação pública de um compromisso com a causa da reforma agrária, tanto com o discurso do presidente José Sarney no IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como pelo fato de que, por um breve momento, os principais órgãos responsáveis pela política fundiária do Estado Brasileiro (INCRA e MIRAD[7]) foram liderados por atores identificados com essa bandeira política (caso de José Gomes da Silva e Nelson Ribeiro[8]) e por intelectuais vinculados à causa da reforma agrária[9].

Do ponto de vista da teoria do processo político, a ocupação de postos no Estado por funcionários próximos aos movimentos sociais, além de representar a abertura de uma janela de oportunidades (TARROW, 2009), trazia a perspectiva de que as chamadas questões sociais, como a reforma agrária, não seriam mais abordadas como uma questão de natureza policial, com o uso da violência do Estado contra os camponeses.

A liderança do movimento de ocupações percebeu essa inflexão que se operava no plano político e aproveitou para impulsionar o processo organizativo na região. Relatando um episódio no qual havia sido intimado a comparecer na delegacia em Buriticupu, por causa da denúncia de fazendeiros de que ele estava organizando a entrada em suas terras, Luiz Vila Nova disse que era verdade, pois o Incra havia lançado o I PNRA e que eles "estavam preparando os trabalhadores para receber a terra" (VILA NOVA, 2019, p. 83).

Outro aspecto a ser considerado diz respeito às características da grande propriedade agropecuária na região e às estratégias desenvolvidas pelas empresas para enfrentar o movimento de ocupações. Como destacado na Introdução, as fazendas que foram ocupadas pertenciam a empresas agropecuárias que foram atraídas para a região por política de incentivos fiscais desenvolvida durante a Ditadura Militar, com o objetivo de fomentar a atividade pecuária de corte na região (COSTA, 2000).

Vale destacar que as empresas agropecuárias que se estabeleceram no município de Santa Luzia, e em grande parte da Pré-Amazônia Maranhense, foram constituídas por firmas oriundas de diferentes ramos econômicos, como no caso da Viação Aérea Rio Grandense (Varig), do Banco Bamerindus, da empresa farmacêutica Merck, da Sociedade Algodoeira do Nordeste

[7] O Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) foi criado pelo governo da Nova República em 30 de abril de 1985, em ato que pode ser compreendido como um compromisso inicial à reivindicação da reforma agrária.

[8] O relato de José Gomes da Silva sobre o período em que esteve na presidência do Incra, durante o 1º ano do governo da Nova República, mostra as dificuldades enfrentadas, bem como a estratégia desses técnicos favoráveis à reforma agrária no interior dessa agência estatal: "A queda era, como se vê, inevitável. A difícil semana após a assinatura do decreto n° 91.766 só conseguiu adiá-la por mais alguns dias. [...]. Restava apenas decidir quem poderia continuar resistindo. Como, quando e onde foi feito numa série de reuniões e avaliações" (SILVA, 1987, p. 152-153).

[9] Ver a esse respeito o relato do antropólogo Moacir Palmeira, que ocupou, durante o início do governo da Nova República, o posto de Diretor de Recursos Fundiários do Incra (PALMEIRA, 1994).

Brasileiro (Sanbra) – pertencente ao grupo Bunge y Born[10] –, e da empresa revendedora de automóveis Meira Lins, de Pernambuco.

A lógica econômica desse tipo de empreendimento agropecuário foi analisada por vários autores, como Costa (2000) e Martins (1990), que destacaram o caráter rentista dessas empresas, cujo objetivo principal era o de obter os incentivos fiscais concedidos pelas superintendências regionais de desenvolvimento Sudam e Sudene. Contudo, nos anos 1980, essa política de crédito subsidiado para implantação da grande empresa agropecuária na Amazônia passou a ser objeto de diversas críticas (COSTA, 2000; SCHMINK; WOOD, 2012) e ficou muito fragilizada com a crise fiscal que atingiu o Estado Brasileiro e, por tabela, a atuação da Sudam e da Sudene.

Nesse sentido, quando o movimento de ocupações de terra começou a se desenvolver, essas empresas não possuíam mais a perspectiva de acessar os recursos públicos pela via da política de incentivos fiscais, o que levou, em alguns casos, ao desenvolvimento de uma estratégia, por parte desses atores, de aceitar a perda da terra, tendo como contrapartida a obtenção de volumosos recursos com as desapropriações realizadas pelo Incra (CARNEIRO *et al.*, 1998).

A análise do comportamento da grande empresa agropecuária e de sua relação com a dinâmica da mobilização na região de Santa Luzia é importante para a compreensão do sucesso desta última, pois o enfraquecimento da política de incentivos fiscais não produziu o mesmo efeito na grande propriedade em outras regiões do Maranhão, que, apesar de contestadas por organizações camponesas, conseguiu manter o seu domínio territorial. A hipótese para essa diferença destaca o fato de que, em algumas regiões do estado, como ocorreu no município de Açailândia (CARNEIRO, 1994), a grande propriedade é dirigida por proprietários familiares[11], cuja relação com a terra não é a de um investimento meramente especulativo, o que implica atuação mais forte de resistência a movimentos de ocupação de terra.

O Centru, a mobilização de recursos e a organização do movimento das ocupações

Outra abordagem importante para a compreensão da emergência de ações coletivas é a teoria da mobilização de recursos (TONI, 2001). Apesar das críticas corretas que essa perspectiva recebeu, por sua focalização nas questões materiais e sua visão dos movimentos sociais como empresas de ação coletiva, ela tem o mérito de chamar a atenção para o fato de que mobilizações como a apresentada neste artigo exigem o investimento no recrutamento de pessoas, o planejamento da ação e o dispêndio de recursos de diferentes tipos.

No caso do movimento de ocupações aqui analisado, o Centru teve um papel central no planejamento das ocupações, no recrutamento dos camponeses para participar do movimento e na construção dos repertórios da ação coletiva.

De acordo com Vila Nova (2019), a decisão para organizar o movimento de ocupações no Vale do Pindaré foi tomada em 1983, a partir de levantamento sobre a situação fundiária da re-

[10] Sobre a empresa agropecuária Sanbra e sua relação com o grupo Bunge y Born, ver Costa e Silva (2020).

[11] No caso do município de Açailândia, esses proprietários se deslocaram de suas regiões de origem (Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo) já dispondo de algum capital que foi aplicado na aquisição (legal ou fraudulenta) de terras no Oeste Maranhense (CARNEIRO, 1994).

gião, com base no estudo de Asselin (1982) sobre o Grilo Pindaré. Para dar início à mobilização, o Centru providenciou a aquisição de uma terra – chamada Cantareira – e a implantação de um grupo de famílias na região, de forma a começar o processo organizativo[12]. Segundo Vila Nova (2019, p. 78), na Cantareira "implantamos a proposta do Centru, um trabalho coletivo com a agricultura de subsistência e planejamos as estratégias para a tomada de terras na região".

Como forma de atrair os camponeses para a mobilização, o Centru apresentou ao Incra a reivindicação de que 12 fazendas fossem desapropriadas, num total de 297 mil hectares (VILA NOVA, 2019). Essa reivindicação se justificava no fato de as terras dessas empresas agropecuárias terem sido griladas e no fato de o presidente da república José Sarney ter se comprometido com a efetivação da reforma agrária.

Com base nessa reivindicação, a organização realizou um trabalho de cadastramento de famílias camponesas interessadas na obtenção de terras, aproveitando que já havia um número elevado de pessoas que moravam no núcleo urbano do Projeto Pioneiro de Colonização (PPC), hoje sede do município de Buriticupu, e que não tinham acesso à terra, apesar de serem agricultores.

> A companheirada da Comissão de Lutas chamou uma grande reunião no Bosque (localidade do núcleo urbano do PPC) [...] para acontecer no dia primeiro de maio. Distribuímos convites para toda a região do Pindaré. O convite dizia que estávamos fazendo uma ficha de todas as famílias que pretendiam receber a terra e que a reunião seria durante todo o dia. (VILA NOVA, 2019, p. 85).

Nessa atividade foi estabelecido um cronograma de novas mobilizações, com previsão de datas para receber a resposta do Incra acerca das demandas apresentadas. Como o governo não atendeu à reivindicação apresentada, o movimento resolveu, em 15 de novembro de 1985, realizar a ocupação da fazenda Capoema (Rio Bonito/Gurupi). Contudo, a ocupação que produziu maior impacto e favoreceu a difusão do movimento foi a da Fazenda Terra Bela, em julho de 1988.

A ocupação de Terra Bela foi emblemática em vários sentidos. Primeiro, por se tratar de uma empresa agropecuária, cuja sede ficava situada na frente do núcleo urbano do PPC; segundo, pela forte resistência apresentada pelo proprietário; terceiro, pela forte midiatização que a ocupação provocou, com matérias publicadas na imprensa regional e nacional. A descrição de um evento importante, sempre destacado pelas lideranças do movimento como um marco na luta pela reforma agrária na região, e o ato público de apoio à ocupação da Fazenda Terra Bela, também denominado de "Grito pela Terra", realizado em 10 de abril de 1988, mostraram a importância dessa ocupação:

> Naquela época os trabalhadores rurais contaram com apoio de diversos segmentos da sociedade civil organizada, por isso, conseguiram êxito em suas incessantes lutas. Apoio jurídico (Principalmente através do renomado advogado Hélio Bicudo), além do apoio financeiro e logístico. Esse apoio pôde ser comprovado no dia em que foi realizado o Grito Pela Terra (grande manifestação organizada pelo MST local), naquela ocasião, dezenas de caravanas se deslocaram de várias partes do país, representando diversos

[12] A área da Cantareira, de cerca de 200 ha, foi adquirida com recursos doados por pessoas solidárias ao trabalho desenvolvido pelo Centru, e ficava localizada nas proximidades do povoado Nova Vida, no município de Buriticupu (VILA NOVA, 2019).

> segmentos sociais como: MST, SMDH, Cáritas Brasileira, Sindicato dos Professores, de Trabalhadores Rurais dentre outros. [...]. Durante aquele evento o clima foi de muita tensão, pois embora estando na presença de vários policiais, pistoleiros enfurecidos não paravam de exibir suas armas para os oradores que não se intimidavam e prosseguiam seus fervorosos pronunciamentos. A partir daquele evento os membros do MST se sentiram fortalecidos. (AGUIAR, 2005, p. 76).

A análise da ocupação da Fazenda Pindaré (CARNEIRO, 1996), que começou em 1987 e foi desapropriada em 1997, mostrou que, no início dos anos 1990, as empresas agropecuárias já não impunham mais tanta resistência como nas primeiras ocupações, tendo optado, em várias situações, pela negociação da desapropriação com a burocracia do Incra e do Instituto de Terras do Maranhão (Iterma), revelando-se um negócio muito lucrativo, que também pode ser considerado como obtenção da renda capitalizada da terra (MARTINS, 1990).

O Quadro 2, a seguir, apresenta cronologia elaborada acerca do movimento geral de ocupações de terra, a partir de levantamento nos diversos volumes do caderno de conflitos no campo, publicação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (CARNEIRO, 1996), nos arquivos da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDH) (1993) e em jornais publicados no estado do Maranhão. Nesse quadro destacam-se o ano de início da ocupação – que pode ter mais de um momento, pois, por vezes, a ocupação fracassa e os camponeses voltam a entrar na fazenda em momento posterior, – e a data em que a fazenda é desapropriada oficialmente pelo Incra.

Como pode ser observado, após a ocupação da Fazenda Capoema, se desenvolve um vigoroso movimento de entrada de camponeses em outras propriedades das empresas agropecuárias na região. O Centru teve papel central na estruturação da ocupação de algumas fazendas (Capoema, Terra Bela, União, Lago Azul), contudo, após determinado momento, o movimento de ocupações se difundiu para grupos de camponeses sem relação com essa organização. Como bem definiu Luiz Vila Nova (2019, p. 15): "Vendo uma boa quantidade de trabalhadores com terra, decidiram também correr atrás de um pedaço de terra para a família. Desorganizadamente, sem muito amadurecimento, reuniam em grupo e entravam nas fazendas".

Ou, como disse um ocupante da Fazenda Pindaré, Jessé do O., quando perguntado sobre o movimento de ocupação da Fazenda Miril, que estava em andamento na época em que ocorria o trabalho de campo:

> P. Como foi o processo de ocupação da Miril?
>
> Aí logo formavam um grupo. 'Rapaz, olha essa mata está bem aqui, essa mirilzona [Fazenda Miril], com frente a Presa de Porco. Não tem serviço nenhum, não tem nada... vamos entrar?' 'Vamos'. Aí formavam o grupo, aí aqueles que não tinham [lote] juntavam cem, duzentos homens e 'caíam', iam buscar mais homens lá fora. Aí logo na hora que sabiam da notícia, descia gente de fora, do Mearim, de todo o canto [...]. (CARNEIRO, 2013, p. 119).

Nesse caso, o relato mostra que, após um período trabalhando nos lotes de ocupantes já estabelecidos (na Fazenda Pindaré), os camponeses identificavam uma fazenda passível de ocupação, formavam um grupo e tentavam entrar nessa propriedade.

Quadro 2. Cronologia do movimento de ocupações[1] e desapropriações das fazendas*.

Fazenda	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1993	1996	1997	1998
Barra Limpa							Ocupação		Desaprop.		
Brejo Social			Ocupação								
Capoema	Ocupação				Desaprop.						
Cacique					Ocupação			Desaprop.			
Cikel					Ocupação						Desaprop.
Faisa									Desaprop.		
Fremasa			Ocupação		Ocupação						
Internacional							Ocupação		Desaprop.		
Karinã		Ocupação	Desaprop.								
Lago Azul		Ocupação			Ocupação		Desaprop.				
Matary					Ocupação						
Miril			Ocupação								
Pindaré			Ocupação							Desaprop.	
Planalto	Ocupação					Desaprop.					
Santa Inácia				Desaprop.							
Sapucaia			Desaprop.								
SIT	Ocupação			Desaprop.							
Terra Bela			Ocupação	Desaprop.							
Tucumã				Ocupação				Desaprop.			
União		Ocupação	Ocupação	Desaprop.							
Varig							Ocupação			Desaprop.	
Vale Verde							Ocupação				

Fonte: Carneiro (1996).

(*) Não constam os anos de 1992, 1994 e 1995, pois nesses anos não foi identificada nenhuma atividade de ocupação ou desapropriação.

[1] Identificou-se a ocupação de 23 fazendas, contudo, em seu relato, o líder camponês Luis Vila Nova diz que foram ocupados 36 latifúndios (VILA NOVA, 2019, p. 89). É provável que nesse número Vila Nova esteja incluindo ocupações lideradas pelo Centru realizadas em outras regiões do estado, como as que ocorreram no município de Imperatriz, MA.

Todavia, esse processo não é totalmente espontâneo, pois esses novos ocupantes já aprenderam o repertório da ação coletiva (TARROW, 2009), desenvolvido inicialmente nas ocupações lideradas pelo Centru. Esse repertório envolve aquilo que pode ser chamado de logística da ocupação, como conhecimento sobre o processo de entrada na fazenda, a construção do acampamento provisório, o abastecimento dos recursos necessários para a manutenção das famílias na área ocupada e a abertura das primeiras áreas para o estabelecimento dos roçados.

Por outro lado, mas não menos importante, esses novos processos de ocupação passaram a contar com o acompanhamento de organizações não governamentais, como a Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos (1993), que prestou apoio jurídico aos diferentes movimentos de ocupação de terra desenvolvidos naquela e em outras regiões do estado do Maranhão. Além disso, passaram a contar com a cobertura de veículos de imprensa, o que significava um trunfo importante para chamar a atenção da opinião pública e, portanto, ajudava a pressionar o órgão fundiário (Incra ou Iterma) a realizar a vistoria e iniciar o processo de desapropriação da fazenda ocupada.

A gramática da mobilização: contra o latifúndio improdutivo, a terra para quem nela trabalha

O último elemento a ser discutido acerca do movimento de ocupações de terra diz respeito à questão da elaboração de uma gramática que continha os elementos de justificação para a ação coletiva (HONNETH, 2003)[13], o que, em outra perspectiva de análise de movimentos sociais, é abordado a partir do conceito de enquadramento (*frame*) (SILVA *et al.*, 2017). Essa discussão será feita em dois planos: no primeiro, analisa-se a justificação para as ocupações, apresentada pelas lideranças do Centru, para, no segundo, mostrar como a gramática elaborada pela direção do movimento foi apreendida pelos camponeses, a partir do estudo realizado na ocupação da Fazenda Pindaré (CARNEIRO, 1996).

Como destacado na primeira parte deste artigo, o contexto que favoreceu o desenvolvimento do movimento de ocupações, no início da década de 1980, foi fortemente marcado pelo fortalecimento da crítica à chamada "modernização conservadora" do campo brasileiro (SILVA, 1982). Essa política de modernização conservadora do campo foi promovida pela Ditadura Militar que, após silenciar e perseguir as organizações e lideranças do movimento camponês, promoveu a industrialização do campo brasileiro, ao transformar latifúndios em empresas agropecuárias, mediante concessão de crédito agrícola fortemente subsidiado.

Uma das consequências dessa modernização foi o agravamento da concentração da propriedade da terra, com a expansão da grande empresa agropecuária para as regiões de fronteira e a ocorrência de violentos processos de expropriação fundiária, cujo resultado mais visível foi o assassinato de trabalhadores rurais e a expulsão de camponeses de terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 1981; MARTINS, 1991).

[13] Falando sobre as condições pelas quais situações de injustiça e desrespeito se transformam em energia para a ação coletiva, Honneth destaca o papel desempenhado pela existência de uma gramática que possibilite a constituição de um movimento social: "somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para a ação coletiva" (2003, p. 224).

No caso da região de atuação do Centru, a Pré-Amazônia Maranhense, esse processo, além de violento, foi marcado pela atuação fraudulenta de grileiros e agentes do Estado Brasileiro, conforme destacado no livro *Grilagem: corrupção e violência em terras de Carajás* (ASSELIN, 1982). Foi com base nesse importante livro-denúncia que a liderança do Centru construiu a gramática para o recrutamento dos trabalhadores rurais e o desenvolvimento do movimento de ocupações: as terras do Pindaré foram apropriadas pelas empresas por processo fraudulento e, portanto, a sua ocupação e retomada pelos trabalhadores era um ato de justiça, que seria coroado com a realização da reforma agrária na região (SANTOS, 2010; VILA NOVA, 2019).

Outro aspecto também muito presente no discurso da liderança do Centru era o fato de as terras apropriadas pelas empresas serem utilizadas de forma improdutiva, uma vez que, após retirarem a madeira mais valiosa, os empresários implantavam uma pecuária de baixa qualidade, a partir da substituição da floresta por uma pastagem que logo se degradava. Como destacou Luiz Vila Nova, ao falar das empresas agropecuárias localizadas na região, que, segundo sua interpretação, "de fazenda só teriam o nome":

> Um mesmo grupo econômico era dono de várias fazendas. Cada grupo tinha uma serraria para a extração da madeira. Era um verdadeiro garimpo. De fazenda elas só tinham mesmo o nome, pois os proprietários somente desmatavam uma faixa de terra, beirando a estrada, plantavam capim, botavam algumas cabeças de gado e pronto! (VILA NOVA, 2019, p. 66).

Essa interpretação aparece fortemente em um dos principais instrumentos de mobilização utilizados pelo Centru, as chamadas "canções da luta camponesa", a maior parte elaborada por Luiz Vila Nova e muito utilizada nas reuniões e mobilizações. A seguir, os primeiros versos da canção "Ou na lei ou na marra" (VILA NOVA, 2019, p. 73-74), nos quais podemos ver essa gramática manifestada:

> Ou na lei ou na marra,
> nós vamos conquistar.
> Uma reforma agrária,
> para poder nos libertar.
> Toda terra improdutiva,
> de dono ou da nação.
> Vamos todas ocupá-las,
> e fazer dar produção.
> Nós queremos usar a terra,
> e de maneira coletiva.
> E para fazer funcionar,
> vamos criar cooperativas. [...] .

A gramática, elaborada pelo Centru, a oposição entre a necessidade dos camponeses de terra para trabalhar versus o uso improdutivo feito pelas empresas agropecuárias[14] apareceu em depoimentos recolhidos de camponeses que participaram do movimento de ocupação da Fazenda

[14] Vale dizer que essa oposição entre terra de trabalho e terra de negócio foi analisada por autores de estudos sobre a questão agrária no Brasil, nos anos 1980, dentre os quais o de Martins (1991), um dos mais importantes para a compreensão da questão agrária na Amazônia.

Pindaré, como pode ser observado abaixo. O trabalhador entrevistado, Jessé do O., apresenta o que teria sido a opinião dos camponeses, no diálogo travado com um gerente da fazenda quando de uma das primeiras reações à ocupação:

> Ele disse: doutor, eu descreio. *Eu não acredito que isto aqui seja fazenda*. E fazenda eu conheço, é onde tem pasto, tem arame, tem gado e aqui, nós vamos dois mil e quinhentos metros de pico, que nós toremos no coração dessa mata aí nunca topemos em riba de uma solta [pastagem], nem de arame, nem de rês. Só em riba de porcão, de veado mateiro e de anta. É terra improdutiva, eu não posso dizer que isso aqui é fazenda. (CARNEIRO, 2013, 122).

Na continuidade do "diálogo", o gerente da fazenda, ao contra-argumentar, possibilita o desdobramento da argumentação do mesmo entrevistado, que invoca outro elemento em defesa de sua pretensão à área:

> Aí ele disse: 'Mas Pedro tu não sabes que isso aqui *é uma área privada*?' Ele disse: sei, isso, aqui é área privada da fazenda Cacique... sei doutor, *é uma área privada do Estado* e, doutor, aquilo que é do Estado é meu, é seu, é de todos nós'. E aqui eu entrei com meus companheiros e aqui estamos e daqui nós só sai na carga [juntos], que nem mandioca, mas, pelo contrário, homem nenhum tira nós daqui, a não ser o governo (CARNEIRO, 2013, p. 122).

O deslocamento do campo da argumentação da ociosidade das terras para o da legalidade da propriedade, em tese mais favorável para o gerente da fazenda, é respondido à altura pelo ocupante, que invoca o fato de a área em questão ser uma "área privada do Estado", portanto uma área não particular, pertencendo a todos.

Outro relato colhido de um participante da ocupação da Fazenda Pindaré, também em diálogo que teria sido travado com um vigia da fazenda, argumenta que a terra é pública, portanto a posse da fazenda seria ilegítima, e que a necessidade de sustentar sua família justificaria a ocupação.

> Vigia: 'Vocês *invadiram* com a ordem de quem?'
>
> - 'com a minha'.
>
> Vigia: 'já chegou essa lei de tomar o que é dos outros?'
>
> Eu disse: 'não, isso aqui não é de ninguém, é do Estado'. Eu já sabia que isso aqui não tinha documento, tá. Eu digo: 'olhe, isso aqui é o seguinte, isso aqui é do Estado, é do governo. Eu sou pobre, vivo de trabalhar pra sustentar a família. Aí eu sou obrigado a procurar um lugar que nem esse pra sustentar a família. Então o senhor deixa pra lá e é melhor a gente não entrar nessa bocada porque ela vai pesar pra você e pesa pra nós. Talvez nós morra, apanhe muito, mais não vai ficar assim, porque essa terra não tem título, ela pode ser dele como tá sendo, mais pode ser nossa de agora em diante e nós não vamos sair daqui' (CARNEIRO, 2013, p. 123).

Ou seja, os camponeses compartilham a visão de que o domínio das empresas agropecuárias sobre aquela área está fundado em uma fraude, pois a terra havia sido grilada e, nesse sentido,

ela é considerada como pertencente ao Estado, passível, portanto, de ser ocupada, nem que para isso tenham que colocar suas vidas em risco.

Conclusão

Um dos aspectos que chama a atenção, ao analisar a evolução da questão agrária no Maranhão contemporâneo (CARNEIRO, 2013), articulando informações mais gerais sobre a distribuição da posse e propriedade da terra no estado com dados oriundos de pesquisas mais localizadas, concerne à forte capacidade de mobilização demonstrada por grupos de camponeses, nos últimos 40 anos.

No presente artigo, destacou-se uma mobilização específica, uma das mais importantes desenvolvidas pelo campesinato brasileiro no período pós-redemocratização, quando se consideram o número de famílias envolvidas e o volume de terras desapropriadas, que passaram efetivamente das mãos da grande propriedade para a de milhares de famílias camponesas. Contudo, dada a situação atual da questão agrária, com o revigoramento de processos de concentração fundiária (SANTOS *et al.*, 2020), cabe ressaltar os elementos que possibilitaram uma ação coletiva de tamanha envergadura.

Embora existam diferentes abordagens que ajudam a compreender o desenvolvimento de ações coletivas e de mobilizações sociais (ALONSO, 2009; TONI, 2001), sabe-se que, no caso específico aqui analisado, a teoria do processo político (TARROW, 2009) oferece o melhor recurso analítico. Nesse sentido, foram apresentadas três dimensões realçadas por essa teoria (a questão da gramática, ou do enquadramento da ação coletiva, foi incorporada posteriormente pelos autores da teoria do processo político, a partir de críticas quanto ao caráter demasiadamente estruturalista[15] da versão inicial de sua abordagem), que certamente ajudam a explicar o sucesso da luta pela terra desenvolvida a partir dos anos 1980 no Vale do Pindaré, e podem ajudar na compreensão das razões pelas quais outras mobilizações não tiveram o mesmo resultado.

A primeira dimensão a destacar é a da oportunidade política. O contexto político do período da redemocratização, com a forte crítica ao modelo econômico da modernização agrícola, o compromisso discursivo do novo governo com a realização da reforma agrária (SILVA, 1987) e a entrada de aliados do movimento de trabalhadores rurais em agências estatais (Mirad, Incra) favoreceram o desenvolvimento da mobilização camponesa pela terra.

Outro aspecto ainda relacionado com a questão da oportunidade política diz respeito à fragilização da grande empresa agropecuária na região[16]. Como destacado anteriormente, o movimento das empresas agropecuárias para a Pré-Amazônia Maranhense foi produto de duas ações governamentais desenvolvidas nos anos 1970: a política de incentivos fiscais do governo federal e a política de terras do governo estadual. No entanto, no início dos anos 1980, por causa da crise fiscal que afetou o governo brasileiro e da natureza fortemente especulativa dos empreendimentos agropecuários, o interesse dos empresários na manutenção da grande propriedade agrária

[15] A teoria do processo político tem sido objeto de diversas críticas (CEFAI, 2007; MATHIEU, 2012), que dizem respeito à pouca importância conferida ao papel dos atores na interpretação do contexto social, e à concentração do foco da análise na atuação estatal.

[16] De forma semelhante ao observado por Sigaud (2005), que destaca como um dos elementos do contexto do movimento de ocupações de terra na Zona da Mata pernambucana a fragilização econômica da grande propriedade açucareira.

diminuiu fortemente, a ponto de passarem a considerar a alternativa da apropriação da renda da terra capitalizada, com a alternativa do recebimento das (vultosas) indenizações oferecidas no processo de desapropriação das fazendas pelo Incra (CARNEIRO *et al.*, 1998).

A segunda dimensão diz respeito ao papel desempenhado pelo Centru, isto é, organizar as atividades sem as quais os movimentos de ocupação não teriam surgido: levantamento da situação das fazendas, transferência de militantes para a região, trabalho de proselitismo da reforma agrária e desenvolvimento dos repertórios da ação coletiva (a ocupação da terra, a organização do acampamento, a resistência contra as tentativas de expulsão da área ocupada).

Por último, a terceira dimensão, assinala-se a questão da gramática para a ação coletiva. Como bem destacou Honneth (2003), a partir da discussão dos estudos sobre a economia moral, uma mobilização não ocorre somente ou principalmente a partir de interesses materiais, exigindo um engajamento de natureza moral ou afetiva. Esse engajamento passa pela elaboração de uma gramática que seja capaz de transformar um sentimento de injustiça vivido no plano individual em um móvel para a ação coletiva.

No caso estudado, essa gramática foi elaborada a partir da oposição entre a chamada "terra de trabalho", característica da relação do camponês com a terra, e as terras improdutivas ocupadas pela grande empresa agropecuária com objetivos de natureza espoliativa – a "garimpagem" florestal, como destacou Luiz Vila Nova (2019) – e especulativa, ao acessar os benefícios da política de incentivos fiscais da Ditadura Militar (COSTA, 2000).

Como foi possível observar, essa gramática foi organizada pela direção do movimento de ocupações, a partir do levantamento sobre a grilagem no Vale do Pindaré realizado por Victor Asselin (1982), e trabalhada a partir das atividades de recrutamento e formação dos trabalhadores rurais na região, principalmente com as chamadas canções da luta camponesa que, como bem destacou Vila Nova (2019, p. 42), "o canto, a música, é uma forma essencial para levar o povo a refletir e a não se esquecer das discussões [...]. La luta, um canto emociona, encoraja um povo a ir às ruas se manifestar. [...] O povo ouve e se compromete".

Por último, mas não menos importante, vale dizer que o movimento de ocupações foi exitoso não somente pela conquista da terra para milhares de famílias, mas também pela projeção de suas principais lideranças no campo político local e estadual. Destarte, ajudou a eleger, em 1992, Raimundo França, participante da ocupação da Fazenda Terra Bela, para o cargo de vereador no município de Buriticupu, e Luís Vila Nova, em 1990, para o cargo de deputado estadual.

Referências

AGUIAR, I. N. **Buriticupu**: sua história, geografia e características gerais. São Luís: Tauá, 2005.

ALMEIDA A. **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão**. São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1983.

ALMEIDA, A. W. B. **As secas do Nordeste e o Maranhão**. São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1981.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, n. 76, p. 49-86, 2009.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ARAÚJO, H. F. A. **Entre a cerca e o asfalto**: a luta pela posse da terra em Buriticupu. 1996. 96 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1996.

ARAÚJO, H. F. A. **Memória, mediação e campesinato**: as representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense. Manaus: UEA Edições, 2010.

ASSELIN, V. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Petrópolis: Vozes/CPT, 1982.

ASSIS, W. S. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. 2007. 224 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projetos de Reforma Ágrária conforme fases de implementação**. [Brasília, DF], 2022. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

CARNEIRO, M. S. O Programa Grande Carajás e a dinâmica política na área de influência da ferrovia. *In*: CASTRO, E. M. R. *et al.* (org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do Espaço. Belém, PA: Ed. da UFPA, 1994. p. 223-250.

CARNEIRO, M. S. Ocupações camponesas como reabertura da 'fronteira': uma leitura a partir do movimento para a área Pindaré. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, v. 12, n. 1, p. 55-111, 1996.

CARNEIRO, M. S. **Terra, trabalho e poder**: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2013.

CARNEIRO, M. S.; ANDRADE, M. P.; MESQUITA, B. A. Assentamentos e ações de reforma agrária no Maranhão. *In*: ROSA, S. C. *et al.* (org.). **I Censo da Reforma Agrária do Brasil**. Brasília, DF: Ed. da UNB, 1998. p. 47-96.

CEFAI, D. **Porquoi se mobilise-t-on?** Les théories de l'action collective. Paris: La Decouverte/MAUSS, 2007.

COSTA, A. J. D.; SILVA, G. P. Bunge e Sanbra: formação de grupos econômicos no Brasil (1923-1994). **América Latina en la Historia Económica**, v. 27, n. 1, e1002, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532020000100006. Acesso em: 10 set. 2021.

COSTA, F. A. **A formação agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém, PA: UFPA/NAEA, 2000.

ESTERCI, N. **Conflito no Araguaia**: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1989.

ESTERCI, N.; RAMALHO, J. R. **Militância política e assessoria**: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura. Porto Alegre: Oikos, 2017.

FERREIRA, M. M.; FORTES, A. Manoel da Conceição. *In*: FERREIRA, M. M.; FORTES, A. (org.). **Muitos caminhos, uma estrela**: memórias de militantes do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 56-78.

HONNETH, A. **Luta pelo reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LUNA, R. C. **A terra era liberta**: um estudo da luta dos posseiros pela terra no Vale do Pindaré-Maranhão. São Luís: EdUFMA, 1984.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência (a questão política no campo)**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MATHIEU, L. **L'espace des mouvements sociaux**. Broissieux: Éditions du Croquant, 2012.

MIRANDA, M. A ação federal/estadual na apropriação da terra: a colonização no corredor da estrada de ferro Carajás. *In*: BECKER, B. *et al.* (org.). **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília, DF: EdUNB, 1990. p. 75-85.

PALMEIRA, M. Burocracia, política e reforma agrária. *In*: MEDEIROS, L. S. *et al.* (org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. p. 46-69.

SANTOS, I. P.; CARNEIRO, M. S.; MATTOS, J. S.; FURTADO, C. A. Agricultura familiar do Maranhão rural: uma breve análise do censo agropecuário de 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Suplemento Especial, p. 55-70, 2020.

SANTOS, M. C. **Chão de minha utopia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém, PA: EdUFPA, 2012.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

SIGAUD, L. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12462. Acesso em: 10 maio 2020.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, J. G. **Caindo por terra**: crises da Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Busca Vida, 1987.

SILVA, M. K.; COTANDA, F. C.; PEREIRA, M. M. Interpretação e ação coletiva: o "enquadramento interpretativo" no estudo dos movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, p. 143-164, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/hVvv5JGFRbMgw9wLt6GF6cM/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20 nov. 2020.

SOCIEDADE MARANHENSE DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre conflitos de terra registrados no Maranhão de 1 de janeiro de 1990 a 31 de dezembro de 1991**. São Luís: SMDH, 1993.

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, C.; TARROW, S. **Politique(s) du conflit**: de la greve à la révolution. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.

TONI, F. Novos rumos e possibilidades para os estudos dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, n. 52, p. 79-104, 2001. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-52. Acesso em: 10 maio 2020.

VILA NOVA, L. **Luiz Vila Nova**: memórias da vida e luta de um militante. Rio de Janeiro: NPC, 2019.